

SÍNTESE DE NOTÍCIAS N° 0283/2025

EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE ANGOLA NO REINO DA ARÁBIA SAUDITA
RIADE, 17/10/2025

Liderança saudita envia telegramas de condolências após falecimento do ex-primeiro-ministro do Quênia



O Príncipe herdeiro da Arábia Saudita, Mohammed bin Salman, e o Rei Salman.

O Rei Salman da Arábia Saudita e o Príncipe herdeiro Mohammed bin Salman enviaram telegramas de condolências ao Presidente do Quênia, William Samoei Ruto, após o falecimento do ex-primeiro-ministro queniano Raila Odinga.

Odinga morreu aos 80 anos na passada quarta-feira na Índia, onde havia se deslocado para tratamento médico. Ruto declarou sete dias de luto nacional e um funeral de Estado, chamando Odinga de "o principal estadista do Quênia e um dos maiores filhos de África". O Rei Salman expressou as suas "mais profundas condolências" a Ruto, à família de Odinga e ao Povo queniano. O Príncipe herdeiro enviou um telegrama semelhante. **Fonte-Arab News.**

Ministro das Relações Exteriores do Reino da Arábia Saudita conversou ao telefone com homólogo paquistanês




O Ministro das Relações Exteriores do Reino da Arábia Saudita, Príncipe Faisal bin Farhan, conversou ontem por telefone com seu homólogo paquistanês, Ishaq Dar.

O ministro das Relações Exteriores do Reino da Arábia Saudita, Príncipe Faisal bin Farhan, conversou ontem por telefone com o seu homólogo paquistanês, Ishaq Dar, informou a Agência de Imprensa Saudita. Durante a ligação, eles discutiram as relações sauditas-paquistanesas e os esforços para diminuir a situação na região. **Fonte-Arab News**.

Da fraude à previsão: como a IA está redefinindo a perícia forense no Reino da Arábia Saudita



À medida que a Visão Saudita 2030, acelera a rápida transformação do Reino está expondo as organizações a novas camadas de risco forense – de ataques cibernéticos orientados por IA a demandas complexas de conformidade.

Os dados regionais mostram que, embora as oportunidades estejam crescendo, as vulnerabilidades estão crescendo com a mesma rapidez. A década de transformação do Reino da Arábia Saudita está comprimindo décadas de progresso em poucos anos, criando imensas oportunidades e desafios forenses sem precedentes. De acordo com a Pesquisa de Projectos de Capital e Infraestrutura 2025 (Médio Oriente) da PwC, 63% dos executivos da região relataram estouros de custos ou atrasos relacionados a deficiências de governança e compras, destacando a dificuldade de gerenciar megaprojectos em escala. Enquanto isso, a Pesquisa Global de Crimes Econômicos 2024 descobriu que 46% das organizações em todo o mundo sofreram fraude, corrupção ou crime econômico nos últimos dois anos – um número que reflecte as tendências regionais

crescentes. Ataques recentes de alto perfil em toda a região demonstraram que o crime cibernético pode se espalhar por cadeias de suprimentos inteiras, infligindo danos financeiros e de reputação muito além da violação inicial. Os investigadores forenses, agora são obrigados a lidar com crimes habilitados para IA que exigem nova profundidade e velocidade técnica. **Fonte-Arab News.**

Reino coloca a saúde no centro da Visão Saudita 2030



A Visão Saudita 2030 delineia um roteiro ambicioso centrado em três fundamentos principais - uma sociedade vibrante, uma economia próspera e uma pátria ambiciosa - de acordo com o Dr. Hisham bin Saad Al-Jadhey, executivo-chefe da Autoridade Saudita de Alimentos e Medicamentos. Ele disse que o Reino lançou várias iniciativas nacionais para atingir esses objectivos, principalmente o Programa de Transformação do Sector de Saúde, projectado para fortalecer a saúde pública, melhorar o acesso aos cuidados de saúde e fazer a transição de cuidados focados no tratamento para cuidados orientados para a prevenção. Al-Jadhey, fez as observações enquanto participava na 72ª sessão do Comitê Regional da OMS para o Mediterrâneo Oriental, que acontece no Egipto de 15 a 17 de outubro. Durante o seu discurso, ele disse que o Reino da Arábia Saudita, por meio de sua Autoridade de Alimentos e Medicamentos, lançou várias iniciativas estratégicas para promover a saúde pública. Isso incluiu reduzir os níveis de açúcar e sal em produtos alimentícios para aumentar a qualidade nutricional, eliminar gorduras hidrogenadas e garantir a disponibilidade de medicamentos especializados para o tratamento de doenças graves. **Fonte-Arab News.**

Patrulhas da Guarda de Fronteira na região de Asir frustram tentativa de contrabando de haxixe



Patrulhas terrestres da Guarda de Fronteira Saudita no sector de Al-Raboah, na região de Asir, frustraram o contrabando de 23 kg de haxixe narcótico.

Patrulhas terrestres da Guarda de Fronteira Saudita no sector de Al-Raboah, na região de Asir, frustraram o contrabando de 23 kg de haxixe narcótico. Os procedimentos legais iniciais foram concluídos e os itens apreendidos entregues à autoridade competente. Patrulhas de segurança frustraram o contrabando de 11 kg do narcótico qat

na província de Al-Aridah, na província de Jazan. Os contrabandistas foram entregues à autoridade competente. Em outros lugares, as autoridades da Província Oriental prenderam um residente por promover o uso de metanfetamina. Medidas legais foram tomadas contra ele e foi encaminhado à autoridade competente. As autoridades de segurança pedem aos cidadãos e residentes que relatem qualquer informação que possam ter sobre actividades relacionadas ao contrabando ou promoção de entorpecentes. As denúncias podem ser feitas ligando para o **911** em **Meca, Medina, Riade** e **Província Oriental,** ou **999** em outros lugares, bem como através da linha directa da Direcção Geral de Controle de Narcóticos no **995**, ou por **e-mail**. **Fonte-Arab News.**

Egipto aumenta preços de combustíveis pela segunda vez este ano



Um trabalhador enche o tanque de um veículo de três rodas em um posto de gasolina no Cairo em 26 de julho de 2024.

O Egipto aumentou hoje os preços dos combustíveis em cerca de 12 % , um passo que provavelmente elevará os custos de bens e serviços em todo o país. Este é o segundo aumento do preço do combustível este ano. Em um comunicado postado no Facebook, o governo egípcio não deu motivos para a mudança, mas disse que os preços dos combustíveis permanecerão fixos no mercado local, sem novos aumentos por pelo menos um ano. Os egípcios têm lutado contra a inflação crescente enquanto navegam pelo aumento dos custos diários que atingiram outra alta no ano passado. Eles incluíram um aumento nos preços dos combustíveis, um aumento nas tarifas do metrô e uma queda na libra egípcia em relação às moedas estrangeiras. De acordo com os dados mais recentes do Banco Central do Egipto publicados em 8 de outubro, a inflação anual dos preços ao consumidor urbano do Egipto atingiu 11,7% em setembro - abaixo dos 12% em agosto e 13,9% em julho. Os preços dos combustíveis aumentaram pela última vez em abril, subindo entre 11% e 14% em vários produtos de combustíveis. Na época de um aumento de preços anterior no final de 2024, o governo disse que o aumento dos preços visava "reduzir a diferença entre os preços de venda dos produtos petrolíferos e seus altos custos de produção e importação". De acordo com os novos preços que entram em vigor hoje sexta-feira, o custo de um litro de diesel - que é fortemente utilizado para transporte público - aumentou de 15,50 libras (US $ 0,33) para 17,50 libras (US $ 0,37), enquanto o preço da gasolina 92 octanas subiu para 19,25 libras (US $ 0,40) de 17,25 libras (US $ 0,36) e a gasolina de 95 octanas aumentou de 19 libras (US $ 0,40) para 21 libras (US $ 0,44). O sector petrolífero continuará operando refinarias em plena capacidade e fornecerá incentivos a seus parceiros para aumentar a produção, reduzir as despesas de importação e estabilizar os custos - com o objectivo de reduzir a diferença entre os custos de produção e os preços de venda, disse hoje o governo. **Fonte-Reuters.**

Hannibal Kadafi, filho do falecido líder líbio, será libertado no Líbano se pagar fiança de US$ 11 milhões



Hannibal Kadafi, filho do líder líbio Muammar Kadhafi, assistindo um desfile de bandas marciais como parte das comemorações do 40º aniversário do regime de seu pai em Trípoli no final de 2009.

Autoridades libanesas ordenaram hoje a libertação do filho do falecido líder líbio Muammar Kadafi, com a condição de que ele pague uma fiança de 11 milhões de dólares. Hannibal Gaddafi está preso no Líbano há uma década sem enfrentar acusações. A libertação esperada ocorre depois que seus advogados disseram que ele estava doente em sua cela na sede da polícia em Beirute. Autoridades judiciais disseram que ele foi levado ao Palácio da Justiça em Beirute, onde o juiz Zaher Hamadeh ordenou sua libertação assim que o dinheiro for pago. Um dos advogados de Kadafi, Charbel Milad Al-Khoury, disse à Associated Press que Kadafi não tem dinheiro e não tem acesso a contas para pagar a fiança. **Fonte-Reuters.**

Emirados Árabes Unidos recorrem à IA para preencher lacunas de linguagem jurídica



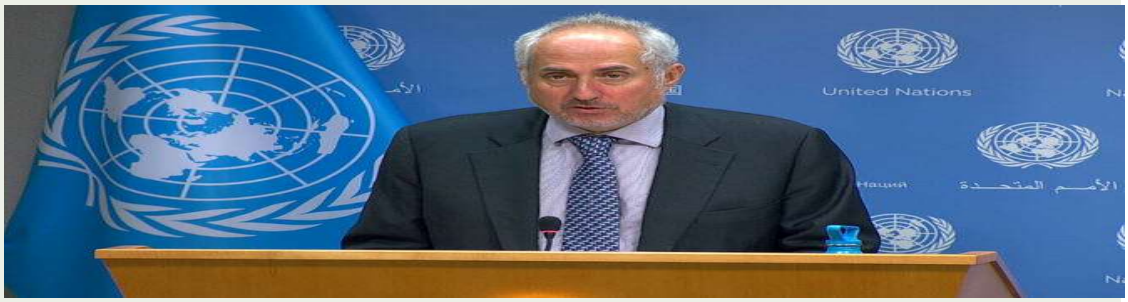
Os tribunais dos Emirados Árabes Unidos encontram dificuldades de navegar para a enorme população de expatriados do país.

O Ministério Público Federal dos Emirados Árabes Unidos lançou um novo serviço de tradução com inteligência artificial com o objectivo de melhorar a acessibilidade e a inclusão para pessoas que não falam árabe. Falando no GITEX Dubai esta semana, Khalifa Ibrahim Al Hammadi, membro do Ministério Público na acusação pública dos Emirados Árabes Unidos, disse ao Arab News que o país esperava se tornar um líder mundial na integração da IA ao sistema jurídico. Ele citou o serviço de tradução Bayan, lançado no evento em conjunto com a empresa de IA dos Emirados, Presight. "Ele foi projectado para apoiar investigações e julgamentos, oferecendo tradução bidireccional de voz e texto perfeita, com reconhecimento de dialeto - incluindo o dialeto dos Emirados", disse Hammadi. Os tribunais dos Emirados Árabes Unidos costumam ser difíceis de navegar para a enorme população de expatriados do país, que inclui mais de 200 nacionalidades. O árabe é a língua oficial do sistema jurídico dos Emirados Árabes Unidos, enquanto o inglês é comum em contratos comerciais e são necessárias

traduções. Em disputas, os tribunais dos Emirados Árabes Unidos dão precedência à versão árabe de qualquer contrato. O Ministério Público espera que o novo serviço de IA torne o processo muito mais fácil. "A plataforma apresenta recursos de fala para texto e texto para fala, extrai texto de documentos e imagens e inclui um dicionário jurídico multilíngue", disse Hammadi. "Ele também vem com um painel de governança inteligente para auditoria e garantia de qualidade. Em última análise, aumenta a precisão da tradução, acelera os procedimentos legais e fortalece a eficiência geral do nosso sistema judicial." A IA está sendo usada em sistemas jurídicos em todo o mundo para acelerar o processamento de casos, ajudar na pesquisa jurídica e melhorar o acesso à justiça. A China viu o surgimento de tribunais virtuais inteligentes, enquanto as ferramentas para análise de contratos ganharam popularidade rapidamente nos EUA.

Os Emirados Árabes Unidos esperam se tornar líderes no campo, lançando seu próprio chatbot jurídico interno e passando por uma campanha de digitalização de arquivamento legal em massa. Alguns desafios permanecem com o uso de IA em processos judiciais, principalmente devido a riscos de viés, falta de transparência, preocupações com privacidade de dados e responsabilidade pouco clara quando ocorrem erros. No entanto, Hammadi diz que está confiante de que os sistemas dos Emirados Árabes Unidos se adaptarão e evoluirão. **Fonte-Arab News.**

ONU rejeita alegações de espionagem dos houthis como "perturbadoras" e perigosas e pede libertação de funcionários



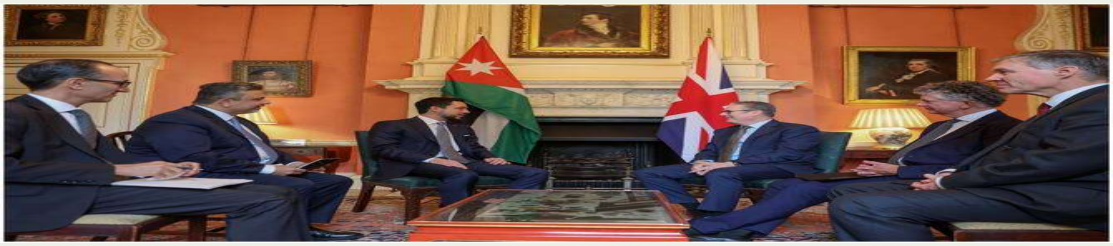
Stéphane Dujarric, porta-voz do secretário-geral da ONU, António Guterres, responde a perguntas durante uma colectiva de imprensa na sede das Nações Unidas na cidade de Nova York.

A Organização das Nações Unidas (ONU) rejeitou ontem as acusações das autoridades houthis do Iêmen de que funcionários da ONU estavam envolvidos em espionagem, chamando as alegações de "extremamente perturbadoras" e alertando que elas colocam vidas em risco. "Rejeitamos categoricamente toda e qualquer acusação de que funcionários da ONU ou operações da ONU no Iêmen estavam envolvidos em qualquer forma de espionagem ou em quaisquer actividades que não fossem consistentes com nosso mandato humanitário", disse Stéphane Dujarric, porta-voz do secretário-geral da ONU, António Guterres. "Acusações, chamar a equipe da ONU de espiões ou, como vimos em outros contextos, chamá-los de terroristas - tudo o que isso faz é colocar em risco a vida da equipe da ONU em todos os lugares, e isso é inaceitável." Os comentários de Dujarric vieram em resposta a uma onda de detenções das autoridades houthis contra funcionários da ONU e de ONGs no Iêmen. Pelo menos 53 funcionários da ONU permanecem detidos arbitrariamente, alguns mantidos incomunicáveis por anos, de acordo com a ONU. Nas últimas semanas, os rebeldes houthis acusaram a ONU de

espionar para os Estados Unidos e Israel, exibindo viés político e não condenando as acções militares israelenses. Essas alegações surgiram depois que um ataque aéreo israelense em setembro matou vários altos funcionários houthis em Sanaa. Após o ataque, autoridades houthis alegaram que alguns dos funcionários da ONU detidos estavam envolvidos em espionagem e que a imunidade diplomática "não deveria ser um disfarce" para tais actividades. Em um comunicado do Ministério das Relações Exteriores administrado pelos houthis, o grupo afirmou que o silêncio da ONU sobre o ataque israelense demonstrou "padrões duplos" e suposta cumplicidade.

Dujarric reagiu fortemente contra essas narrativas, insistindo que a presença da ONU no Iêmen era apenas humanitária. "O trabalho que fazemos no Iêmen e em todos os lugares onde fazemos trabalho humanitário é guiado por nossos princípios básicos de humanidade, imparcialidade, neutralidade e independência", disse ele. "A razão pela qual nossos colegas humanitários estão no Iêmen é para ajudar o povo iemenita." A ONU condenou repetidamente as detenções e invasões em suas instalações em áreas controladas pelos houthis, e o secretário-geral Guterres pediu a libertação imediata e incondicional de todos os funcionários da ONU, funcionários de ONGs e funcionários diplomáticos detidos. A Human Rights Watch também criticou as prisões, afirmando que nenhuma evidência confiável foi apresentada para apoiar as alegações de espionagem e alertando que tais acções estão obstruindo operações críticas de ajuda no país devastado pela guerra. As acusações dos houthis atraíram um escrutínio mais amplo de seu tratamento aos trabalhadores humanitários e do envolvimento com agências internacionais. Em setembro, eles acusaram o enviado especial da ONU, Hans Grundberg, de "cumplicidade política" por condenar as detenções, enquanto supostamente ignoravam o que chamaram de "agressão" israelense no Iêmen. Apesar das críticas, a ONU afirma que suas operações permanecem baseadas na neutralidade. "Continuaremos a pedir o fim da detenção arbitrária de nossos colegas", disse Dujarric. "Eles precisam ser libertados, ao lado dos funcionários das ONGs e das missões diplomáticas." O conflito no Iêmen, que se intensificou em 2015 depois que os houthis tomaram a capital Sanaa, desencadeou uma das piores crises humanitárias do mundo. Os esforços liderados pela ONU para mediar a paz foram repetidamente paralisados em meio à crescente instabilidade regional. **Fonte-Reuters**.

Príncipe herdeiro da Jordânia elogia primeiro-ministro do Reino Unido pelo reconhecimento oficial do Estado palestino



o embaixador da Jordânia no Reino Unido, Manar Dabbas; o director do Gabinete do Príncipe Herdeiro, Zaid Baqain; e o conselheiro de segurança nacional do Reino Unido, Jonathan Powell, também participaram na reunião.

O Príncipe herdeiro Hussein da Jordânia elogiou ontem o Primeiro-ministro do Reino Unido, Keir Starmer, pela recente decisão do governo britânico de reconhecer oficialmente o Estado palestino. Durante a reunião no número 10 de Downing Street, o

Príncipe herdeiro enfatizou a necessidade de apoiar o povo palestino em seus esforços para garantir seus direitos e estabelecer um Estado independente. Em relação aos últimos desenvolvimentos em Gaza, o Príncipe herdeiro destacou a necessidade de garantir a plena implementação do acordo de cessar-fogo entre o Hamas e Israel, bem como entregas irrestritas de ajuda humanitária ao território.

Starmer e o Príncipe herdeiro Hussein também discutiram os últimos desenvolvimentos no Médio Oriente em geral, e o último pediu que os esforços conjuntos para restaurar a estabilidade regional sejam intensificados. O governo do Reino Unido anunciou o seu reconhecimento do Estado da Palestina no período que antecedeu a Assembleia Geral da ONU em setembro. Vários outros países ocidentais deram um passo semelhante naquela época, incluindo França, Canadá e Austrália. O embaixador da Jordânia no Reino Unido, Manar Dabbas; o director do Gabinete do Príncipe Herdeiro, Zaid Baqain; e o conselheiro de segurança nacional do Reino Unido, Jonathan Powell, também participaram na reunião. **Fonte-Agência de Notícias da Jordânia.**

Primeiro-ministro palestino apresenta plano quinquenal de US$ 65 bi para reconstruir Gaza



O Primeiro-ministro palestino, Mohammed Mustafa, participa numa reunião sobre o plano de recuperação e reconstrução de Gaza em Ramallah, na Cisjordânia ocupada por Israel.

O Primeiro-ministro da Autoridade Palestina se reuniu ontem com autoridades diplomáticas e da ONU para apresentar um plano para a reconstrução de Gaza, apesar das incertezas sobre o papel de seu governo no futuro do território devastado pela guerra. "Eu gostaria de acreditar que daqui a 12 meses, a Autoridade Palestina estará totalmente operacional em Gaza", disse Mohammed Mustafa, acrescentando, que, a Autoridade Palestina elaborou um plano de cinco anos para Gaza que se desdobraria em três fases e exigiria US $ 65 bilhões em 18 sectores, incluindo habitação, educação, governança e muito mais. A autoridade não teve um papel na governança de Gaza desde que o Hamas assumiu o controle do território em 2007, embora ainda forneça alguns serviços no território.

O plano de paz de Gaza estabelecido pelo presidente dos EUA, Donald Trump, não descarta um Estado palestino. Além disso, sugere permitir um papel para a Autoridade Palestina depois de concluir um conjunto de reformas. O plano se baseia no que foi acordado em uma cúpula de países árabes no Cairo em março de 2025, e Mustafa disse que "os programas de treinamento policial iniciados com o Egipto e a Jordânia já estão em andamento". "Nossa visão é clara", disse Mustafa a uma assembleia de ministros palestinos, chefes de agências da ONU e chefes de missões diplomáticas de seu escritório em Ramallah, na Cisjordânia ocupada por Israel. "Gaza deve ser reconstruída como uma parte aberta, conectada e próspera do Estado da Palestina", disse Mustafa. Ele também disse que discussões técnicas estavam em andamento com a UE sobre

"operações de travessia segura, sistemas alfandegários e unidades de policiamento integradas". A UE é um dos maiores doadores da Autoridade Palestiniana. Acima de tudo, o plano de reconstrução do pós-guerra visa abrir caminho para um único governo palestino. O processo "reforçará a unidade política e territorial entre Gaza e a Cisjordânia e contribuirá para restaurar uma estrutura de governança confiável para o Estado da Palestina", disse Mustafa. Seus comentários foram feitos quando a directora-gerente do Fundo Monetário Internacional, Kristalina Georgieva, pediu a todas as partes que continuem avançando em direcção à paz sustentada após um cessar-fogo em Gaza, dizendo que isso beneficiaria toda a região.

Georgieva, falando durante as reuniões anuais do FMI e do Banco Mundial em Washington, disse que ficou aliviada quando o recente cessar-fogo foi alcançado para o bem de todas as pessoas afectadas pela guerra de dois anos no enclave palestino. Ela disse que a redução das tensões seria uma boa notícia para as economias do Egipto e da Jordânia, onde o FMI tem programas, e do Líbano e da Síria, que pediram ajuda e apoio do credor global. "É importante porque todos os envolvidos incentivam essa direcção de sustentar uma paz duradoura e, sim, isso beneficiaria a região", disse ela. "Haverá um dividendo de paz para todos." **Fonte-Reuters.**

Como o G20 pode ajudar a eliminar a fome global



RAJ PATEL & REFILOE JOALA

17 de outubro de 2025



Impulsionada pelas mudanças climáticas, conflitos e desigualdade, a insegurança alimentar está aumentando em todo o mundo.

Ao assumir a presidência do G20 em dezembro passado, a África do Sul escolheu "solidariedade, igualdade e sustentabilidade" como tema. Longe de ser um slogan vazio, essa visão reflecte os princípios sobre os quais qualquer resposta internacional confiável à crise da fome de hoje deve se apoiar.

Impulsionada pelas mudanças climáticas, conflitos e desigualdade, a insegurança alimentar está aumentando em todo o mundo. As ferramentas para lidar com isso já existem. O desafio é mobilizar a vontade política para agir. A presidência do G20 da África do Sul apresenta uma oportunidade única para fazer exactamente isso.

O Brasil oferece um modelo valioso. Nos últimos dois anos, conseguiu tirar 40 milhões de pessoas da insegurança alimentar, retirando-se do mapa da fome da ONU. Para conseguir isso, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva restabeleceu políticas descartadas por seu antecessor, Jair Bolsonaro, reforçou os programas de alimentação escolar por meio de compras de pequenos agricultores e indígenas, aumentou o salário mínimo e reconheceu legalmente o direito à alimentação.

Nenhuma dessas medidas é experimental. São soluções testadas e comprovadas, e seu sucesso mostra que a eliminação da fome não depende da inovação tecnológica, mas da coragem política.

Quando o Brasil ocupou a presidência do G20 no ano passado, buscou exportar suas conquistas domésticas, principalmente com o lançamento da Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza. No entanto, os resultados tangíveis permanecem ilusórios, já que muitos dos membros da aliança - particularmente os bancos multilaterais de desenvolvimento - continuam a promover correcções técnicas e orientadas pelo mercado que colocam os direitos de propriedade das empresas acima das necessidades básicas das pessoas.

Em vez de lançar novas iniciativas e plataformas, a principal prioridade do G20 deve ser consolidar e ampliar programas que já se mostraram eficazes. O Mecanismo da Sociedade Civil e dos Povos Indígenas do Comitê de Segurança Alimentar Mundial da ONU oferece um espaço robusto e inclusivo para o debate global. O que é necessário agora é uma agenda política concreta que permita que líderes progressistas e funcionários públicos promovam políticas domésticas de combate à fome.

É certo que a África do Sul não tem muito tempo antes de entregar a presidência do G20 aos EUA – o único estado membro que se recusou consistentemente a reconhecer o direito humano à alimentação. Mas no tempo que resta, ainda pode defender ferramentas críticas de política antifome.

Quatro dessas ferramentas se destacam.

Em primeiro lugar, as compras públicas de fazendas familiares locais para merenda escolar e programas de alimentação fortalecem a nutrição e os meios de subsistência rurais.

Em segundo lugar, os estoques reguladores e os mecanismos de estabilização de preços podem proteger os consumidores de picos de preços e, ao mesmo tempo, proteger a renda dos agricultores.

Em terceiro lugar, as políticas de protecção social – que vão desde salários dignos e transferências de renda até benefícios universais – garantem que as famílias possam pagar por dietas saudáveis.

Em quarto lugar, as leis que consagram o direito à alimentação podem ajudar a responsabilizar os governos se eles não agirem. Igualmente importante, os líderes do G20 devem reconhecer que não precisam se submeter às prioridades políticas dos bancos multilaterais de desenvolvimento. Por meio de seus assentos nos conselhos dessas instituições, eles já têm o poder de mudar o apoio internacional do agronegócio

voltado para a exportação para sistemas alimentares locais e agricultura familiar resiliente ao clima.

Se o governo sul-africano leva a sério a promoção de um sistema alimentar global mais justo e sustentável, deve seguir o exemplo de sua sociedade civil, que há muito tempo está na vanguarda da luta contra a fome. Em vez de convocar mais uma ronda de discussões de alto nível com pouco acompanhamento, deve trabalhar para garantir compromissos públicos que durem mais que a presidência americana do G20.

Os formuladores de políticas sul-africanos parecem entender o que está em jogo. Na recente Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU +4 Balanço em Adis Abeba, o ministro da Agricultura, John Steenhuisen, reafirmou o compromisso do país com a soberania alimentar. Pela primeira vez, o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional proposto reconhece a agroecologia como um caminho para a agricultura sustentável, a biodiversidade e a resiliência climática. O Conselho de Pesquisa Agrícola também foi encarregado de desenvolver uma estrutura nacional de agroecologia centrada nas culturas indígenas.

Embora as rodas da governança muitas vezes girem lentamente, as comunidades de base não podem esperar. Durante a pandemia de COVID-19, os pesquisadores encontraram uma rede vibrante de 78 pequenos produtores, a maioria mulheres, que cultivavam uma grande variedade de frutas e vegetais na província de KwaZulu-Natal. Ao vender seu excedente localmente, esses agricultores sustentaram negócios em todo o distrito de Umgungundlovu, desde comerciantes de veículos e barracas de mercado informal até pequenas lojas, escolas e mercados municipais.

Essa experiência demonstra como os sistemas alimentares localizados sustentam os meios de subsistência e as comunidades. A fome não é derrotada nas salas de conferência; A luta está nas cozinhas, escolas e campos. Para vencer, os produtores de base precisam de apoio político e recursos para prosperar.

O G20 deve enfrentar a crise da fome de frente ou corre o risco de perder o que resta de sua credibilidade. A África do Sul pode liderar o caminho colocando a justiça alimentar no topo de sua agenda, demonstrando que "solidariedade, igualdade e sustentabilidade" não são ideais abstratos, mas essenciais para a sobrevivência da humanidade.

Raj Patel é professor pesquisador da Universidade do Texas em Austin e membro do Painel Internacional de Especialistas em Sistemas Alimentares Sustentáveis.

Refiloe Joala, coordena o programa de soberania alimentar no Escritório Regional da África Austral da Fundação Rosa Luxemburgo. Direitos Autorais: Project Syndicate

Isenção de responsabilidade: A opinião expressa pelo/a escritor/a nesta sessão é própria e não reflecte necessáriamente o ponto de vista do **Arab News.**

